

O texto e a fotocópia como instituição pedagógica: práticas de leitura na universidade

Text and photcopy as educational institution:
reading practice at the university

Andréa Cristina PAVÃO BAYMA
Instituto de Educação de Angra dos Reis
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Este artigo é um ensaio etnográfico longitudinal acerca dos usos da fotocópia como suporte de leitura no espaço universitário em contexto de expansão do ensino superior no Brasil e o ingresso de estudantes pouco familiarizados com a cultura escrita. Entende-se a reprodução de fragmentos para uso didático como *instituição*, nos termos de Malinowski. Através de estudo de campo, investigamos o papel das oficinas de fotocópias dos *campi* de três universidades brasileiras. A partir de uma breve reflexão sobre a leitura na era da reprodutibilidade técnica e do levantamento histórico da reprodução de textos para fins didáticos no ensino superior, compreende-se que o uso de fragmentos relaciona-se com a prática pedagógica de seminários e se mantém, independente da tecnologia de reprodução empregada. Conclui-se que esta instituição favorece a democratização do acesso ao conhecimento, mas requer que os professores sejam leitores experientes e os estudantes autônomos, para que a aprendizagem seja efetiva.

PALAVRAS CHAVE: Fotocópia, leitura, universidade.

RESUMEN

Este artículo responde a un ensayo etnográfico longitudinal sobre los usos de la fotocopia como soporte de lectura en la universidad en el contexto de la expansión de la enseñanza superior en Brasil y en el acceso a ésta por parte de estudiantes poco familiarizados con la cultura escrita. Para ello se parte de la definición de la reproducción fotocopiada de fragmentos de textos para uso didáctico como una institución en los términos en la que ésta fue definida por Malinowski. El trabajo de campo investigó el papel de las copisterías de los campus de tres universidades brasileñas. A partir de una breve reflexión sobre la lectura en la era de la reproductibilidad técnica y del momento histórico de reproducción de textos con fines didácticos en el ámbito universitario se constata que, independientemente de la tecnología de reproducción empleada, el uso de fragmentos se mantiene vinculado a la práctica pedagógica de los seminarios. Se concluye que esta institución favorece la democratización del acceso al conocimiento, pero esto requiere que para que el aprendizaje sea efectivo los profesores sean lectores expertos y los estudiantes autônomos.

PALABRAS CLAVE: Fotocopia, lectura, universidad.

ABSTRACT

This article is an ethnographic essay on photcopy uses as reading base at the academic environmental, in a context of higher education expansion at Brazil and the increase of admissions of students less familiar with the written culture. The reproduction of fragments to didactic uses is understood as *institution*, by Malinowski terms. The roles of photcopy workshops at the *campi* of three Brazilian Universities were investigate through the field study. On this base and by a reflection on reading in the era of mechanical reproduction and on history of this practice, it is understandable that the use of fragments is related to seminars as pedagogical practice that is still remaining in an independent way of technology. It is concluded that this *institution* is beneficial to a more democratic access to knowledge. However it requires experts reading teachers and autonomous students to a more effective learning process.

KEYWORDS: Photcopy, reading, university.

INTRODUÇÃO: A LEITURA NA ERA DE SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

Aqueles que insinuaram que Menard dedicou sua vida a escrever um Quixote contemporâneo caluniam sua límpida memória. Não queria compor outro Quixote –o que é fácil– mas o Quixote. Inútil crescer que nunca visionou qualquer transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir páginas que coincidissem –palavra por palavra e linha por linha– com as de Miguel de Cervantes. (Borges, Pierre Menard, Autor do Quixote, p. 32-33)

A intrigante epígrafe que abre este ensaio nos propõe uma reflexão a respeito da cópia. É possível lançar sobre prática tão criticada, «politicamente incorreta», sob o ponto de vista ético e sob o olhar das chamadas pedagogias críticas, uma perspectiva positiva? O personagem de Borges que, ao morrer, deixa entre uma extensa e surreal obra, a sua obra «interminavelmente heroica», «ímpar», «inconclusa» (fragmentos do clássico Dom Quixote de Cervantes), convence-nos de que tal empresa constitui «uma técnica nova, a arte retardada e rudimentar da leitura: a técnica do anacronismo deliberado e das atribuições errôneas¹».

Ao «copiar» fragmentos da obra de Cervantes, não sendo Cervantes, desafiava-se Menard a visitar Quixote com olhos contemporâneos e, apesar do total anacronismo, reafirmá-lo, reinscrevê-lo, relê-lo, de tal forma que o «Quixote» final possa ser compreendido como «uma espécie de palimpsesto, no qual devemos transluzir os rastros da prévia escritura²». Temos, portanto, na cópia, uma metáfora da leitura, uma vez que, ao copiá-lo letra por letra, Menard relê Cervantes mais do que o reescreve. Podemos ainda inferir que, ao reescrever, estamos, de fato, lendo de uma forma muito especial, a partir do ponto de vista de quem escreve, do lugar do autor.

Em uma de suas conhecidas cartas ao jovem aspirante a poeta, Rilke comenta ter copiado um soneto de Kappus, acrescentando o seguinte comentário: «venho agora oferecer-lhe esta cópia, porque sei como é importante e cheio de novas experiências rever um trabalho próprio copiado pela mão de outrem. Leia os versos como se fossem de outra pessoa e no fundo da alma há de sentir como são seus³».

Apesar das distâncias entre um autor e outro, parece fecundo fazermos uma aproximação entre a reescrita de Menard e a cópia de Rilke. Ambos empenham-se em ler, reler e dar a ler, em franca disposição de se colocar no lugar do autor, ao ponto mesmo de confundir-se com ele.

Neste jogo entre o original e a cópia, no qual a cópia atualiza e se identifica com o original, a reflexão de Benjamin⁴ a respeito dos efeitos da reprodutibilidade técnica sobre a obra de arte pode ser especialmente oportuna para o nosso objeto em particular: o uso das fotocópias no espaço universitário. Segundo o autor, a obra de arte sempre foi objeto de reprodução, mas a modernidade introduziu técnicas, como a imprensa e a litogravura, capazes de otimizar esta possibilidade. Embora Benjamin não tenha tratado especificamente da reprodução de textos, pensemos no advento da imprensa na difusão do livro como *obra prima*. Benjamin diria que um manuscrito, por exemplo, teria *valor aurático*, enquanto sua reprodução adquire *valor de exposição*. E é fácil, por exemplo, imaginar a aura do manuscrito original de Quixote, tanto quanto prever a capacidade em encontrar leitores de sua cópia impressa, tão menos elaborada seja sua edição.

Segundo o filósofo, *aura* seria «uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja⁵». A aura é este caráter único e a relação ao contexto da tradição com o qual se relaciona. E é da relação da obra com seu contexto que surge a ideia de *culto*. É conhecida, na história da leitura, a demonização das primeiras reproduções da Bíblia, por exemplo. Em plena reforma protestante, ler a palavra de

¹ BORGES, Jorge Luis. «Pierre Menard, autor do Quixote». Em *Ficções*. Tradução Carlos Nejar. 5.ª ed. São Paulo: Globo, 1989, p. 38.

² *Ibidem*.

³ RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 19.ª ed. São Paulo: Globo, p. 54.

⁴ BENJAMIN, Walter. «A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica». Em: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁵ *Ob. cit.*, p. 170.

Deus reproduzida não mais por mãos sacerdotais, mas por máquinas profanas, era considerado um ato de heresia. Por outro lado, conhecemos a importância da imprensa para a democratização de acesso ao livro sagrado, bem como as suas consequências para a história do ocidente em geral.

A partir dos anos 1970, uma nova técnica de reprodução, a fotocópia, passou a ser utilizada por professores e estudantes universitários brasileiros como estratégia de acesso ao conhecimento. Ao invés da leitura de livros, passou-se a se ler trechos de livros, *textos*, como são chamados, no meio acadêmico, os trechos de livros que têm ou terão uso pedagógico (preparação de seminário, leitura em sala de aula, verificação de leitura, etc.). Não se prestando ao uso pedagógico, um mesmo trecho pode ser denominado, mais comumente, como «capítulo» ou, simplesmente, «trecho de um livro». Arrancados de seu contexto, de sua aura, os textos são reproduzidos indefinidamente, adquirem *valor de exposição* e se tornam acessíveis a um maior número de pessoas, especialmente àquelas com menos recursos.

Será que hoje em dia, os textos têm maior peso no volume total de leituras de um estudante universitário em formação do que, há quatro décadas, tinha o tradicional suporte-livro? Como se deram estas mudanças de gestos de leitura, de socialização do conhecimento? Quais os limites e possibilidades deste suporte na formação do leitor acadêmico? Qual o papel da biblioteca na difusão do conhecimento? Estes são os objetivos específicos deste ensaio.

1. EU ESTIVE LÁ: A PESQUISA E AS UNIVERSIDADES PESQUISADAS

Este artigo é fruto de quinze anos de pesquisa mais ampla sobre a relação de universitários de camadas populares com a cultura escrita. Dados parciais desta pesquisa especificamente sobre as fotocópias foram divulgados em versões anteriores. A primeira foi apresentada em 2002⁶. Uma versão mais madura foi a público em 2003⁷. Uma terceira versão revisitada saiu como capítulo de minha tese de doutorado, no ano seguinte⁸. Na presente versão, foram incorporados dados de observação mais recentes.

A pesquisa se deu em três universidades brasileiras: uma confessional e privada; outra, pública estadual; e uma terceira, federal, que passarei a chamar, respectivamente, de UCB, UPB e UFB. As três são universidades de excelência em termos de qualidade de ensino, pesquisa e extensão, sendo a primeira a mais antiga e a última, a mais recente.

Como metodologia de trabalho, realizamos observação participante e entrevistas com estudantes universitários prioritariamente de cursos de pedagogia. Além dos estudantes, foram ouvidos também alguns copistas e, em especial, a fundadora e responsável por uma das lojas de fotocópias da UCB. O trabalho de campo teve início em 2000. Em 2015, foram realizadas novas entrevistas com dois estudantes, uma da UCB e outra da UPB, além de observação participante na UFB, para comparação entre os dados encontrados anteriormente com a situação atual depois da massificação do acesso à internet e circulação de textos digitais que se deu na última década.

Ao todo, foram realizadas entrevistas semi estruturadas individuais com oito estudantes da UCB. Estas estudantes foram acompanhadas em suas trajetórias por três anos, sendo utilizado o método do grupo focal para abordagem de temas específicos. Na UPB, foi aplicado um instrumento a um total de 63 estudantes. Na UFB, foram realizadas três entrevistas semi estruturadas especificamente sobre o tema das fotocópias. Além disso, lançamos mão da tecnologia, introduzindo o tema das fotocópias em uma página de Facebook visitada por muitos estudantes da

⁶ PAVÃO, Andréa. «A fotocópia como instituição pedagógica». Em *25ª Reunião da Anped*. Anais 2002.

⁷ PAVÃO, Andréa. «A fotocópia como suporte de leitura e seu valor de socialização». Em *Anais do II Congresso da História do Livro*, Campinas: Unicamp, 2003.

⁸ PAVÃO, Andréa. «A fotocópia como instituição pedagógica». Em PAVÃO, Andréa. *Inclusão e exclusão das camadas populares na universidade: o papel da leitura e da escrita*. Tese de Doutorado (mimeo). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2004.

UFB, onde pude colher informações adicionais em especial sobre o impacto das novas tecnologias. Informações muito relevantes foram obtidas durante a observação participante no cotidiano destas três universidades enquanto lecionava, através de depoimentos espontâneos de centenas de estudantes ao longo destes anos de imersão no campo. Após a coleta sistemática de informações por alguns anos, pode-se dizer que se chegou ao conhecido «ponto de saturação», quando a observação deixa de nos trazer dados novos.

Na educação brasileira, há um forte dualismo. As escolas de educação básica pública, em sua maioria, têm qualidade bastante precária. As famílias de classe média e alta, portanto, buscam distinção através de instituições privadas que oferecem ensino capaz de reproduzir ou superar sua posição social. No ensino superior, esta relação tende a se inverter, sendo as instituições públicas de melhor qualidade do que as privadas. Assim, as vagas nestas universidades são muito disputadas e, perversamente, são os estudantes do sistema privado quem as ocupam, majoritariamente. Também se observa dualismo no interior das universidades públicas, entre os cursos de maior prestígio e aqueles cujas profissões são menos valorizadas. Políticas de ação afirmativa recentes, contudo, têm criado mecanismos variados para reverter esta situação. É neste contexto de expansão e democratização de acesso ao ensino superior que se desenvolve esta pesquisa. A opção pelo estudo nos cursos de Pedagogia se dá, entre outras razões, por ser um dos cursos menos prestigiados e, por este motivo, concentrar maior porcentagem de estudantes de camadas populares com pouca familiaridade com a cultura escrita e dificuldade de aquisição de material escrito.

A UCB é uma universidade privada de excelência acadêmica situada em um dos bairros com maior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro. Fundada em 1941, oferece 52 cursos de graduação. Apesar do elevado custo de suas mensalidades, por ser filantrópica, sempre reservou parte de suas vagas a estudantes de baixo poder aquisitivo, através de bolsas sociais. A partir de 1994, firmou um convênio com um pré-vestibular comunitário e o perfil de seus estudantes tornou-se ainda mais heterogêneo, recebendo, em especial nos cursos das Ciências Humanas, estudantes negros, oriundos das camadas populares que, por receberem bolsas de estudos, são chamados de «bolsistas» pelos nativos. Foram observadas as principais oficinas de fotocópias da universidade durante o trabalho de campo, entre 2000 e 2004. As entrevistas em profundidade foram realizadas com estudantes do curso de Pedagogia, além da dona de uma oficina de fotocópias.

A UPB é uma universidade pública estadual. Fundada em 1950, oferece 44 cursos de graduação. Trata-se também de uma universidade de excelência acadêmica, com a diferença de, por ser gratuita, atender a um público predominantemente de classes médias e populares. Através da Lei Estadual 4151/2003, estabeleceu cotas para ingresso de estudantes carentes com vistas à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas. Entre os nativos, estes estudantes são denominados «cotistas». Foram observadas as oficinas de fotocópias do curso de Pedagogia. Com seus alunos foram realizadas entrevistas semi estruturadas, além de um *survey*. O trabalho de campo nesta universidade também se deu entre os anos de 2000 e 2004.

A UFB é uma universidade pública federal. Fundada em 1960, oferece 136 cursos de graduação. A partir do «Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais» (Reuni), instituído em 2007, se dá a criação de *campi* fora dos grandes centros urbanos, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior em um país de dimensões continentais. A UFB foi responsável pela maior expansão entre as universidades federais do Brasil. O trabalho de campo se desenvolveu entre 2009 e 2015 em uma pequena unidade no interior do estado do Rio de Janeiro, criada em 1992 e que, atualmente, oferece três cursos, atendendo a um número reduzido de estudantes, em sua maioria de origem popular. No modesto prédio deste *campus* não há uma única oficina de fotocópias. Um comerciante local, cuja loja situa-se em frente à universidade, aproveitando a demanda dos estudantes, adquiriu máquinas de reprodução e passou a oferecer serviço de fotocópias com pastas de textos dos professores. Também aí se realizou observação participante. Foram entrevistados os estudantes do curso de Pedagogia desta unidade da UFB.

2. BREVE HISTÓRIA DA FOTOCÓPIA NA UCB

Por familiaridade, tive acesso a um informante que tem uma longa trajetória dentro desta universidade, tendo ali se graduado e iniciado sua carreira acadêmica. Indagado sobre a história das fotocopiadoras nesta instituição, o professor Alberto⁹ diz lembrar-se muito bem da chegada da primeira máquina. No começo da década de 70, junto aos diretórios acadêmicos¹⁰, um livreiro que possuía uma modesta loja no centro histórico da cidade, abriu um pequeno ponto de venda de livros no diretório acadêmico da faculdade de Engenharia. Os títulos oferecidos concentravam-se, pois, nesta área de conhecimento. Este livreiro era então conhecido como «Seu Silva» e teria dado origem, segundo o professor Alberto, a toda a linhagem de *oficinas de fotocópias* da universidade dos diretórios acadêmicos. Decidi, portanto, buscar um informante de uma das oficinas mais requisitadas no campus, conhecida como «*Xerox das Meninas*»¹¹ com intuito de compreender melhor este processo.

A responsável por esta oficina de fotocópias, Dona Marta, vem a ser a viúva de Seu Silva, e fez graduação em História nesta mesma universidade, nos anos 1970, sendo, assim, testemunha viva destas transições quanto ao acesso aos textos, tanto na situação de estudante, quanto na de organizadora de pastas de textos em seu negócio¹².

Segundo Dona Marta, quando Seu Silva instalou seu ponto de venda exclusiva de livros, as máquinas de fotocópias eram muito caras. Em meados dos anos 70, porém, «os militares iniciam uma política de importações». As primeiras fotocopiadoras importadas foram adquiridas por cartórios e prestavam-se, fundamentalmente, à reprodução de documentos e posterior autenticação. Nesta época, as máquinas eram caras, mas as cópias eram relativamente mais baratas, porque o preço do papel ainda não havia disparado, o que encarece muito o valor das reproduções nos dias de hoje¹³.

A primeira máquina que Seu Silva adquiriu foi uma «Delta», marca americana, e o uso mais frequente desta máquina pelos estudantes da universidade era a cópia de cadernos. Os departamentos também encomendavam reproduções, normalmente de material burocrático: ofícios, fichas de inscrição de estudantes, etc. Além destes documentos, àquela época, havia uma grande procura por parte dos diretórios acadêmicos para reprodução de seus programas, panfletos, convocações para assembleias e afins.

Depois da «Delta», começaram a ser importadas as primeiras «Nashua». Depois veio a «Canon» e «tantas outras multinacionais que começaram a invadir o mercado brasileiro». A última empresa a entrar no mercado brasileiro foi a «Xerox» que, no início, «era muito reservada». Mais tarde conquistou a maior fatia de participação no mercado, a ponto de tornar-se símbolo absoluto de fotocópia no Brasil, mesmo quando a máquina com a qual se faz a reprodução não seja uma Xerox.

⁹ A fim de proteger a privacidade dos entrevistados, optei pelo uso de nomes fictícios.

¹⁰ Entidade estudantil que representa os alunos de um curso de graduação. Na UCB, há uma vila de casas para os diretórios, onde os estudantes se reúnem. A vila se localiza em uma área baixa do terreno da UCB. Na parte alta, há um amplo pátio sobre o qual se erguem os edifícios mais antigos do *campus*, sustentados por imponentes pilotis. Este espaço é comumente chamado, em termos nativos, por «pilotis» e, sendo lugar de grande circulação e encontro dos estudantes, tornou-se símbolo da própria universidade, especialmente por ter sido palco, em 1968, de manifestações estudantis contra a ditadura militar.

¹¹ Categoria nativa. No Brasil, observa-se o largo uso da metonímia, através da qual, as fotocópias são identificadas com a marca que se tornou mais popular na reprodução de documentos, a Xerox do Brasil. Tanto as fotocópias como as lojas de fotocópias são denominadas pelos nativos por «xerox». Diz-se, por exemplo: «vou tirar *xerox* dos textos da aula de Fulano e depois te encontro no *cafezinho*», ou ainda: «fui na *Xerox das Meninas*», mas o texto não estava na pasta».

¹² Importante salientar que este encontro foi muito proveitoso, uma vez que Dona Marta é uma profissional flexível, disposta e apaixonada por análises históricas e problematizações, em função de sua própria formação. Por tudo, considero Dona Marta uma «informante DOC», nos termos de William FOOTE-WHYTE («Treinando a observação participante»). Em GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980), ou seja; «indivíduo-chave», «colaborador privilegiado da pesquisa».

¹³ A falta de uma política de democratização do acesso ao livro no Brasil é uma das responsáveis pelos altos custos do papel. Em países como a Colômbia, por exemplo, graças a políticas de incentivos fiscais, a edição de livros é consideravelmente menos custosa do que aqui.

3. FOTOCÓPIAS E PRÁTICAS DE LEITURA NA UNIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Segundo Dona Marta, por essa época, o acesso às leituras recomendadas pelos professores dava-se, em primeiro lugar, pela aquisição de livros. Os títulos, que não se encontravam facilmente à venda, eram procurados na biblioteca. Quando o número de exemplares era inferior à demanda da turma, os estudantes recorriam à fotocopadora de Seu Silva. Como o mercado editorial ainda era incipiente, caso se tratasse de um livro não editado no Brasil ou esgotado, o professor disponibilizava o seu exemplar particular aos estudantes que, neste caso, mais uma vez, reproduziam cópias entre o grupo, socializando o seu acesso. Podemos inferir, portanto, que o uso da fotocópia era uma estratégia de democratização do acesso a material impresso entre os estudantes.

Quanto às práticas leitoras dos estudantes desta época, Dona Marta avalia que a frequência à biblioteca era mais intensa. Segundo ela, não apenas o acervo da biblioteca da própria universidade era procurado, mas também outras bibliotecas de outras instituições eram frequentemente visitadas e familiares aos estudantes. As aulas eram, anteriormente, mais expositivas, reconhece Dona Marta: «Nos anos 70 é que começaram os seminários. O seminário foi uma moda, uma coqueluche; praticamente todas as nossas aulas eram à base de seminários». A introdução dos seminários como prática pedagógica, segundo Dona Marta, relaciona-se bastante com a intensificação da leitura de capítulos de livros: «Muitas vezes, um livro era dividido entre vários estudantes e cada um copiava somente a parte que iria apresentar no seminário». Ou seja, através do expediente de dividir a leitura de cada livro entre vários estudantes, era possível aumentar o número de livros «lidos», ainda que a leitura fosse coletiva e não individual.

Antes da adoção dos *seminários* como prática pedagógica, o professor encarregava-se de sistematizar os conteúdos de sua disciplina em aulas predominantemente expositivas (daí, talvez, o forte papel do caderno no qual se copiavam os esquemas e sistematizações elaboradas pelo professor ou suas próprias elaborações a partir da aula) no que diz respeito à transposição de conhecimento. As indicações de leitura constituíam material *adicional* e de aprofundamento para realização dos exames.

Se pensarmos historicamente na questão da avaliação, parece que as provas foram também sendo substituídas pela apresentação de seminários (que não deixa de ser uma *verificação de leitura*) e elaboração de trabalhos (avaliação de produção *escrita*). Este aspecto é interessante uma vez que coloca em questão a ideia, muito naturalizada entre nós, de que o estudante de hoje lê e escreve menos do que antes. Através destas informações, poderíamos contrariamente argumentar que as práticas de leitura e de escrita são hoje, ao menos, mais valorizadas no âmbito das novas orientações pedagógicas. Como prática pedagógica, o *seminário* requer do estudante maior protagonismo no processo de estudo e aprendizagem.

Dona Marta já trabalhava com Seu Silva quando começou a necessidade de formação das «pastas de textos»:

«Eu me lembro muito bem do Prof. Armando (hoje, uma importante referência na literatura brasileira), muito jovem na época, bonito... ele que começou com esse negócio... trazia um texto e deixava na nossa mão dizendo que era para os alunos copiarem. Eram pouquíssimos professores que trabalhavam assim. Então, colocávamos os textos num escaninho que não tinha mais do que seis divisórias. Os alunos vinham, pediam o texto do professor tal e reproduziam. Os professores passavam aqui toda vez que tinha texto novo para passar para os alunos».

Este movimento parece sinalar uma nova mudança na história da fotocópia na universidade. Lembremos que os primeiros usos desta tecnologia na universidade foram administrativos. Depois, as oficinas de fotocópia constituíam um espaço de uso e circulação *de estudantes*, que passam a utilizar a técnica para reprodução de panfletos político estudantis, substituindo o mimeógrafo. Mais tarde, descobrem a possibilidade de reproduzir anotações manuscritas das aulas expositivas, como estratégia não-oficial de dar conta das leituras exigidas e, finalmente, a fotocópia é apropriada pelos professores como instituição pedagógica, auxiliando-os na difusão de material de leitura.

Interessante notarmos também que, ao comentar esta passagem das visitas dos professores, Dona Marta deixa transparecer sentimentos de orgulho e contentamento, como se a fotocópia, através da apropriação dos «ilustres professores», adquirisse maior prestígio. Dos diretórios acadêmicos, as fotocopadoras sobem para os «pilotis» da universidade, ocupando espaço de destaque na vida acadêmica. O negócio se expande e novos comerciantes dividem o mercado.

No final da década de 1970, o escaninho com as seis divisórias se tornara completamente insuficiente para a intensa circulação de textos na *loja* (categoria nativa). Foram eles próprios, Dona Marta e Seu Silva, que decidiram organizar os textos nas pastas.

Dona Marta elenca alguns fatores para justificar o incremento do uso das fotocópias entre os universitários a partir do final da década de 1970, dando ênfase àquilo que chama de *massificação do ensino*, ou seja, o resultado de uma política de ampliação do acesso da população à educação, observando o pressuposto da *quantidade*, em detrimento da *qualidade*. Segundo ela, a elevação do número de estudantes por sala de aula –o que em sua época de estudante não ultrapassava o número de 20– teve consequências diretas sobre a circulação de textos. Em primeiro lugar, a biblioteca não dava conta desta demanda inflacionada. Além disso, o poder aquisitivo dos estudantes cai severamente com a crise econômica, bem como com a ampliação de acesso à universidade das camadas médias e baixas. Não apenas o poder aquisitivo diminui, como o mercado editorial no Brasil, segundo comentários de Dona Marta, mantém os preços dos livros em níveis proibitivos. Dona Marta acrescenta à sua análise, o fato de a importação de livros ainda ser muito onerosa à época.

Além destes fatores, minha informante aponta a criação do sistema de créditos¹⁴ que, segundo ela, foi «uma invenção do regime militar para desmobilizar os estudantes, que dificultou a troca de ideias e de experiências». Mais do que isso, a implantação do sistema de créditos, acrescido da massificação do ensino, ou seja, do aumento do número de estudantes em sala de aula, contribuiu, sustenta ela, fortemente para enfraquecer a estreita rede de relações que se estabelecia entre estudantes e professores na socialização de livros.

Seguindo sua linha de raciocínio, se poderia dizer, então, que há um aumento do anonimato e do individualismo no universo acadêmico: «Por essa época, os professores foram deixando de disponibilizar seus livros, porque os estudantes não devolviam e não havia mais como encontrá-los». A reprodução dos livros através das fotocópias torna os textos disponíveis ao uso particular, de modo que a leitura, na universidade, passa a relacionar-se ao ato de copiar. O livro deixa de ser um produto de massa e a fotocópia ocupa o lugar que o livro tivera ao lado dos manuscritos frente ao advento da imprensa de tipos móveis.

Com a democratização do ensino, parece que, segundo este relato, aquilo que Chartier¹⁵ chamou de *comunidades de leitores*, ou seja, redes de socialização de práticas de leitura, é abalado (ao menos nos moldes que se conhecia); diminuem-se os empréstimos e circulação de livros entre estudantes e entre estudantes e professores, tornando-se a leitura mais individualizada, o que é mais um dos fatores que favorece o incremento da utilização das fotocópias como recurso pedagógico, ainda segundo as análises de Dona Marta.

As reflexões de Dona Marta sobre o surgimento das pastas de professores vão além da simples relação de causalidade com o aparecimento do recurso técnico. Este recurso poderia ter sido apropriado por outras práticas, mas havia, no espaço universitário e, sobretudo na cena pedagógica de sala de aula, diversos elementos, conforme destacou, que contribuíram, em uma relação de reciprocidade com o recurso técnico, para o fortalecimento desta prática até adquirir valor social no meio acadêmico.

¹⁴ O sistema de créditos no ensino superior foi implementado pela Lei 5540/68 e permite que cada aluno construa o seu plano de estudos, de acordo com seus interesses e condições. Através deste sistema de organização, perde-se a ideia de turma como unidade ao longo de todo o curso, na medida em que as matrículas são individuais e por disciplina.

¹⁵ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999.

Em seu relato, em 2002, Dona Marta também abordou a questão da cobrança da observação da lei que garante os direitos autorais, proibindo a reprodução de um grande número do total de páginas de uma obra. Desde 1998, disse ela, «as editoras começaram a controlar e exigir o cumprimento da lei de proteção dos direitos autorais que já existia há mais tempo. A própria universidade condicionou a permanência das copiadoras no campus à assinatura de um termo de compromisso em não exceder a cota de 15% do número total de páginas de um volume».

Além do termo de compromisso que assumiram com a universidade, Dona Marta recebia, à época, visitas de um inspetor, em nome da associação dos editores. Com estas mudanças, o prejuízo foi repassado aos estudantes que passaram a pagar mais caro pelas fotocópias, cujo custo torna-se especialmente pesado aos estudantes bolsistas.

4. A REPRODUÇÃO COMO INSTITUIÇÃO PEDAGÓGICA: DAS PECIE MEDIEVAIS AOS TEXTOS

Tomamos, aqui, o conceito de instituição cunhado por Malinowski¹⁶ para compreender o *Kula*, como um sistema de valores tal como era concebido pela comunidade melanésia. Importa compreender, no nosso caso, assim como o sistema de trocas do *Kula*, as normas e regras que constituem esta prática pedagógica da reprodução de textos para uso didático, compreender esta prática como uma projeção parcial da totalidade da cultura e não como um de seus aspectos ou partes.

Esta instituição envolve, fundamentalmente, três atores: os professores que disponibilizam os textos, os estudantes que os adquirem e os *copistas*¹⁷. Os copistas são elemento chave na constituição desta instituição, uma vez que atuam como mediadores entre professores e estudantes.

Copista é também como eram chamados os monges responsáveis pela circulação da cultura escrita através da reprodução manual dos textos na idade média. Apesar de serem diretamente responsáveis pelo acesso aos textos sagrados, os copistas medievais pouco se envolviam subjetivamente com o material que reproduziam, até porque o modo de produção não o permitia. Sabe-se que a maioria dos monges copistas sequer conhecia o alfabeto, sendo, portanto, tecnicamente incapazes de ler o que copiavam. Além disso, para se garantir o segredo dos livros, não lhes era dado acesso aos textos integrais, incumbindo-se uns de copiar páginas pares e outros as ímpares.

Castillo¹⁸ chama atenção sobre a relação entre as práticas de leitura e seu suporte, por ocasião do surgimento das universidades medievais, havendo um deslocamento da leitura secular à leitura escolástica universitária. Segundo o autor, a leitura para fins de estudo reordenou a estrutura dos textos e sua forma de reprodução. Há um paralelo interessante entre a análise de minha informante e os comentários de Castillo¹⁹ sobre a evolução do sistema de ensino na idade média e sua relação com a reprodução de manuscritos. Segundo o autor, em um primeiro momento, as aulas eram predominantemente expositivas e os estudantes copiavam literalmente o que diziam seus mestres. Semelhante ao que descreveu Dona Marta, os melhores cadernos eram disponibilizados para serem copiados por outros estudantes. Prática que ainda se observa nos dias de hoje, especialmente na educação básica. Posteriormente, ensina Castillo, adota-se um método de ensino...

«baseado na discussão em torno das obras e autores programados ao longo do curso, daí a função central desempenhada pelo livro como instrumento de trabalho e, em consequência, pela leitura. Esta deixou de ser ato através do qual se obtinha o alimento espiritual depositado nos escritos bíblicos, como havia sido norma comum na alta Idade Média, e se converteu em uma experiência de conhecimento... [No interior desta racionalidade pedagógica, os professores universitários]

¹⁶ MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

¹⁷ Categoria nativa: os *copistas*, segundo terminologia da informante, formam uma classe organizada, tendo, inclusive, um sindicato próprio. São considerados *copistas* todos os operadores de fotocopiadoras.

¹⁸ CASTILLO GÓMEZ, Antonio. «En el viñedo del texto. Libro y lectura en la universidad medieval». *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*. 2002, 5, pp. 223-252. <http://hdl.handle.net/10016/1029>. Consultado em 04/10/2015.

¹⁹ *Ob. cit.*

tinham a função de orientar a leitura e aliviar a complexidade dos textos. Serviam como um guia para aceder ao pensamento das auctoritates e para aproximá-lo aos estudantes²⁰».

Castillo comenta, também, sobre a fragmentação do livro bem como a da leitura enquanto estudo:

«o livro passa a ser um instrumento de trabalho, uma vez que a leitura escolástica requeria a consulta de um grande número de livros. O leitor não tinha tanto a sua leitura íntegra, mas sim diagonal, quer dizer, atentando aos parágrafos e citações mais relevantes, destacados, ademais, pela função orientadora dos comentários e das glosas, onde se refletia o magistério do professor²¹».

Para atender à prática do estudo, o livro, enquanto suporte material de leitura, se transforma na disposição gráfica, na presença de margens laterais e inferiores destinadas aos comentários. Informantes das universidades estudadas na atualidade justificam sua preferência pela fotocópia como suporte de leitura, em especial quando a folha é mais larga, deixando margem para anotações e comentários.

Para facilitar o acesso dos estudantes medievais aos livros universitários, surgem as *pecie*, que em muito se assemelham aos *textos* que circulam no espaço universitário contemporâneo:

«A *pecie* é a seção ou caderno em que se dividia um manuscrito para facilitar a sua cópia. Este sistema de produção foi desenvolvido nas próprias universidades italianas no início do século XIII (originalmente na Universidade de Bologna) e tornou-se um procedimento regulamentado na Universidade de Paris na segunda metade deste século, que se estende mais tarde por outras universidades europeias. Os estudantes as podiam alugar, seção por seção, para copiar. Geralmente, eram compostos cadernos de quatro páginas, permitindo intercâmbio rápido e rotação de cada *pecie*. Sob esse sistema, cada copista se encarregava de uma só *pecie* com o que era possível que se pudessem trabalhar simultaneamente vários copistas, e, assim, se podia copiar um livro completo, unindo-se as *pecie* em espaço de tempo inferior a se o trabalho tivesse sido encomendado a uma só pessoa. A coleção original de *pecie* de um livro, base para as futuras cópias, se chamava exemplar. O processo para a confecção de um exemplar era normatizado: os professores dos estudos gerais se reuniam antes de começar o semestre para decidir sobre os textos que deveriam ser incluídos em cada matéria. Uma vez aprovados, cada obra era compilada, editada e corrigida. Uma vez obtido o texto final («o exemplar»), este era entregue em depósito ao estacionário que, por sua vez, o copiava em *pecie*, corrigindo-as em comparação ao texto original com o maior cuidado. Finalmente, as entregava a delegados da própria universidade para sua revisão final, aprovação e definição do preço para aluguel. Só a partir de então, as *pecie* eram disponibilizadas para aluguel e cópia. (...) Cada *pecie* levava uma numeração, usualmente na margem direita da folha. Além disso, se incluíam notas na parte inferior da última folha, de maneira que fosse fácil encontrar a *pecie* seguinte, sem cometer erros. Eventualmente, podia acontecer de circularem *pecie* corrompidas, com erros de transcrição. Nestes casos, eram feitas anotações que advertiam esta circunstância no momento em que eram descobertas. Todos os anos se reuniam os chamados *magistri peciarii* para examinar a qualidade das *pecie* e organizar listas de *pecie* úteis, como forma de garantir o controle da reprodução das mesmas²²».

A relação entre as *pecie* e os *textos*, como unidade pedagógica de leitura enquanto estudo é evidente. E, a partir dos estudos de Castillo, podemos dizer que há uma relação entre a «cultura da fotocópia» e a «pedagogia do texto».

De acordo com o depoimento de Dona Marta, parece claro que a «invenção» dos *textos* como suporte de leitura acadêmica, orientada *para* estudo e avaliações, surge dentro de um «clima

²⁰ *Ob. cit.*, pp. 227-228.

²¹ *Ob. cit.*, p. 229.

²² «*Pecia*», em: *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Pecia>. Consultado em: 05/08/2015.

propício», inclusive «a *coqueluche* dos seminários», onde a informante realça diversos aspectos que, em conjunto, contribuem para o enfraquecimento das redes de relações entre professores e estudantes que formavam comunidades de leitores, espaços de socialização e empréstimos mútuos, associados às novas possibilidades técnicas.

De modo geral, pode-se dizer que o espaço de uma *loja de xerox* destina-se ao acesso de *textos, eleitos* por professores e *orientados para* o uso pedagógico, *para* preparação de um seminário, *para* avaliação de leitura. As *pastas*, formadas por *textos eleitos* por professores, aproximar-se-iam das apostilas, das antigas antologias, das coletâneas, dos *exemplares de pecie* medievais, assim como dos próprios livros didáticos, orientando a prática pedagógica.

Contemporaneamente, como veremos mais adiante, também se tem o problema das «cópias corrompidas», mas, segundo meus informantes, poucos professores controlam suas pastas e as matrizes deixadas com os copistas contemporâneos. Estes, por sua vez, normalmente têm pouca atenção ao conteúdo do que estão copiando.

A respeito do possível interesse sobre o vasto e diversificado material que reproduz cotidianamente, se deu o seguinte diálogo com o copista de uma das lojas de reprodução da UPB:

«Sabe que eu nunca tinha pensado nisso... Esse é o meu trabalho, só isso. Mas já aconteceu de você ficar curioso sobre algum material em particular e querer lê-lo? Raramente, não dá nem muito tempo. Às vezes, eu dou uma olhadinha nos intervalos, entre um trabalho e outro. Nem jornal, que eu compro pra ler, eu consigo ler! Só no final do dia. É muito movimento».

No campus de interior da UFB, a situação é distinta. Por atender a um número muito reduzido de estudantes, o contato do copista com os estudantes é muito estreito e, por ser muito «curioso», em seus próprios termos, sempre que o movimento diminui, aproveita para ler um texto ou outro. Assim, ele passou a assumir outras tarefas como comentar os conteúdos dos textos e até orientar os estudantes sobre a programação dos cursos. Muito falador, gosta de conversar com os professores, é amigo pessoal de muitos alunos e é recorrentemente homenageado nas cerimônias de formatura. Este copista desenvolve uma relação bastante paternalista com os estudantes facilitando o pagamento a prazo.



Sabe-se, inclusive que muitos estudantes chegam a se formar sem honrar suas dívidas com este copista filantropo. Uma das alunas chegou a postar uma foto em seu *Facebook*, na qual podemos visualizar o interior da loja do comerciante com as pastas dos professores ao fundo. Em primeiro plano, a estudante, abraçada pelo copista, exhibe o diploma recém conquistado. A postagem desta fotografia é muito significativa e expressa o reconhecimento que o copista tem para os estudantes em sua trajetória de formação.

Uma entrevistada da UPB comentou que é muito importante manter boa relação com os copistas. Em horários de pico, nos intervalos das aulas, estudantes mais assíduos e mais próximos podem receber tratamento especial na execução de suas encomendas.

Como vimos, a reprodução de trechos de livros para fins de estudo, responsável pela circulação de textos (ou *pecie*, nas universidades medievais) entre os estudantes, envolve professores e copistas, e funciona, atualmente, de forma semelhante à medieval: o professor seleciona uma

bibliografia para a sua disciplina, separa os originais e cria uma pasta em uma oficina de fotocópia; no começo do semestre letivo, os professores costumam apresentar o programa do curso com a referida bibliografia, indicando em qual oficina se encontra a sua pasta. Ao longo do curso, os estudantes vão às copiadoras reproduzir os textos deixados pelos professores. Os textos como já foram descritos, são a unidade base de circulação do conhecimento no ensino superior.

Segundo observações e entrevistas, há algumas regras básicas nesta instituição. Não levar a cópia original da pasta é uma delas. Não é bem visto o professor que seleciona textos muito longos. O tamanho aceitável é de, no máximo vinte páginas, entre os estudantes de pedagogia. Espera-se que o professor visite sua pasta de tempos em tempos para ordená-la, o que pode ser tarefa transferida ao monitor da disciplina. Este é o nosso *kula*: uma prática institucionalizada, cujas normas e regras descreveremos mais detalhadamente nas seções que se seguem.

5. SOBRE OS USUÁRIOS DAS OFICINAS DE FOTOCÓPIA

Quanto aos usuários da *loja*, Dona Marta relatou que há muitas diferenças entre *calouros* e *veteranos*, entre o *peçoal da graduação* e *da pós*, em seus próprios termos: «Muitos calouros vem à loja sem saber qual texto precisam copiar para próxima aula e vêm se informar com a gente».

Quanto à prática de copiar de uma só vez, no início do período, todos os textos disponíveis na pasta e encadernar, esta parece, segundo ela, uma medida mais recorrente entre os estudantes dos primeiros períodos:

«Talvez por sua inexperiência e falta de familiaridade ainda com a cultura da universidade... eles não conhecem como funciona a coisa (esta instituição). Eles vão com muita sede ao pote. Muitos vêm para universidade ainda impregnados da lógica da escola onde há mais tutela dos professores. Já tive notícia, através de uma professora, que um estudante recém-chegado à universidade, no começo do período, lhe pediu a lista de material para dar para sua mãe comprar!»

Poucos trazem livros para copiar. Em geral, restringem-se às leituras orientadas pelos professores e selecionadas na pasta. Segundo o ponto de vista de Dona Marta, uma maior autonomia começa a ser percebida entre os estudantes de pós-graduação: «mesmo em relação ao material das pastas, o estudante da pós, muitas vezes, faz suas próprias decisões, abre a pasta, analisa e escolhe o que quer, decidindo, muitas vezes, não fazer cópias de certos textos argumentando que não tem grande interesse para seu projeto, por exemplo. O uso das pastas pelos estudantes de graduação e, sobretudo, pelos calouros, é menos crítica. Eles têm menos autonomia e seguem religiosamente as orientações do professor. Quando não encontram o texto que deveria estar na pasta, também não se incomodam e nem se mexem para procurar na biblioteca ou em outras fontes, já têm a desculpa para ler um texto a menos... eles encolhem os ombros e dizem: «ah, não tem... o quê que eu posso fazer? Não posso ler!». Outro exemplo é de uma estudante que, ao cruzar com seu professor pelos pilotis, o aborda dizendo: «Professor... já tirei a cópia do texto...» Ao que o professor responde um pouco surpreso: «Muito bem!» e escuta, perplexo, a réplica da aluna: «É pra ler?».

Dona Marta chama atenção também para atitudes que observa em sua *loja*: comumente reclamam dos recursos que têm que dispor para adquirir os textos e, em muitos casos, quando os professores preparam longas *apostilas*²³, os estudantes frequentemente fotocopiam apenas as partes que mais lhes interessam.

²³ Termo nativo: como são chamadas as coletâneas de textos (quando agrupados, seja com uma espiral ou mesmo grampeados) que alguns professores preparam para suas disciplinas. Existe uma disputa semântica sobre este termo. Alguns calouros costumam chamar os textos de «apostila» e são corrigidos pelos veteranos. Apostila, para estes, remete às coletâneas escolares de textos produzidos para fins estritamente didáticos, com linguagem simplificada, muitas vezes escritos pelos próprios professores, o que se diferencia dos textos *de autores* indicados nas disciplinas dos cursos universitários. Mas quando estes *textos* são encadernados, é aceitável chamá-los de apostila.

Parece que há especificidades entre as copiadoras no cenário geral do campus. A loja oficial da Xerox se distingue, gozando de certos privilégios em função de uma relação de troca de favores com a instituição. Há também diferenças entre as lojas que são empresas registradas e contribuintes, e as copiadoras dos diretórios dos estudantes. Cada loja acaba atendendo a grupos específicos, por razões diversas. Na «*Xerox das Meninas*», por exemplo, segundo Dona Marta, há uma predominância de pastas do departamento de Administração: «a grande maioria, não sei por que, mas é assim. Talvez porque ficamos abertos à noite e aos sábados, pela manhã. Eu conheço praticamente todo o departamento de administração, quase todos os professores têm pastas aqui. Conheço os professores e os estudantes. Em segundo lugar, vem o departamento de educação, principalmente a pós. Depois, temos muitas pastas de psicologia, história e sociologia.»

Os estudantes bolsistas têm preferência pelas oficinas dos diretórios acadêmicos, as que não pagam impostos e, por esta razão, conseguem reduzir os preços das cópias, tornando-as mais acessíveis. Estes estudantes relatam que, muitos professores, pela comodidade da proximidade com as salas de aula, preferem abrir pastas nas oficinas onde o preço das cópias é mais elevado (nos pilotis), o que os desfavorece. Para contornar o problema, costumam criar um sistema de circulação paralelo dos textos (espécie de *kula* alternativo), retirando-os das pastas destas oficinas e levando-os às oficinas dos diretórios. Alguns estudantes chegam a fazer fotocópias para um grupo de colegas fora da universidade, em oficinas próximas de suas residências, na periferia da cidade, onde o preço é ainda mais reduzido. Se estas alternativas, por um lado, diminuem os gastos com as fotocópias, por outro, prejudicam a qualidade da cópia, uma vez que, para conseguir preços mais competitivos no mercado, algumas lojas economizam na manutenção e compra de produtos não originais, dificultando a leitura do texto. Além disso, muitas vezes, para desespero dos professores, estes textos não retornam às pastas, prejudicando o acesso de outros estudantes da classe e ameaçando o cronograma programado de leituras.

As práticas de leitura entre estudantes das camadas populares desta universidade, na maioria das vezes, restringem-se às fotocópias e, mesmo assim, este consumo é, segundo relataram, o que mais pesa economicamente na vida universitária, mais do que os gastos com transporte e alimentação. Informantes da UFB comentaram que sempre há estudantes com dificuldades financeiras, mas também há os que, tendo recursos, não se conformam em gastar com *xerox*. Isso acontece entre aqueles que não têm perfil acadêmico e mantêm outras prioridades de consumo. A fotocópia, em especial para o universitário de baixa renda, é o que viabiliza, minimamente, o acesso ao conhecimento na universidade. Na fala de Juliana, estudante bolsista, «xerox não é consumo; é arroz com feijão, artigo de primeira necessidade».

Entre os estudantes da UPB, a situação é semelhante. Por ocasião do trabalho de campo, tive a oportunidade de aplicar um *survey* às turmas do Curso de Pedagogia, que acolheram a primeira leva de estudantes beneficiados pelas políticas de ação afirmativa, os chamados *alunos cotistas*.

Perguntados sobre a ordem de preferência de estratégias de acesso aos textos indicados pelos professores, os dados da pesquisa indicam que, em primeira opção, 85,71% dos estudantes optam pela fotocópia dos textos, enquanto apenas 3,57% prefere buscar os livros na biblioteca. Somente 19,71% costuma adquirir alguns dos livros indicados, de acordo com a sua relevância para a profissão: «se a gente vê que é mesmo um livro importante para usar». Como segunda opção, preferem, ainda, comprar os livros indicados (42,85%) a buscá-los através de empréstimo na biblioteca (37,5%).

A fotocópia, nestes setores, chega a ser preferida aos empréstimos de livros na biblioteca. Uma das razões é muito simples: este suporte permite, às camadas populares, a realização das «cerimônias de apropriação²⁴» expressamente proibidas nos exemplares da biblioteca. No caso das fotocó-

²⁴ Em trabalho anterior (PAVÃO, Andréa. «Do leitor imaginário às imagens de leitores em uma universidade carioca». CECIERJ, 2006.), a partir de termo expresso por Sartre (*ob. cit.*, p. 34) sobre sua própria experiência com o primeiro livro que lhe foi presenteado, chamo de «cerimônias de apropriação» práticas como assinar o nome próprio e registrar a data nos livros, fazer marcas de leitura, anotações diversas, encapar, entre outras. Historicamente, estas práticas, como descreve Chartier (*ob. cit.*), dizem respeito ao momento em que a leitura se tornou uma prática individual

pias, estas «cerimônias» não se restringem às anotações e marcas de leitura no próprio texto. Em casos especiais, pode haver a encadernação caprichosa e artesanal, passando pela organização em pastas do material fotocopiado. Sobretudo, a fotocópia como suporte permite fazer um fichamento da leitura, favorecendo a localização de algum trecho mais relevante em momentos futuros²⁵.

É bem verdade, entretanto, que este tipo de organização do material fotocopiado é mais recorrente nas camadas privilegiadas, talvez até em função da facilidade de recursos para aquisição de pastas e lugar adequado para guardá-las. A maioria dos bolsistas diz procurar sistematizar as fotocópias agrupando-as por disciplinas em envelopes plásticos, enquanto os critérios de organização deste material pela «elite», muitas vezes dizem respeito ao assunto, podendo acrescentar àquele «arquivo», textos adquiridos além das orientações pedagógicas. A falta de espaço físico nas residências e mobiliário adequado leva os estudantes das camadas populares a «enfiar tudo no fundo do guarda-roupa quando acaba o semestre» sem um sistema de classificação eficiente, de modo que a recuperação deste material, quando se faz necessário no futuro, se torna, muitas vezes, inviável.

Os dados colhidos na primeira fase da pesquisa junto à UCB e a UPB sobre os usuários das oficinas de fotocópia e o peso das fotocópias como suporte de leitura se reproduziram significativamente na UFB, mais recentemente. Observaram-se as mesmas distinções entre os calouros e veteranos, bem como a preferência por este suporte de leitura. Uma estudante da UFB comentou no *Facebook*:

«Olha, de 5 professores com quem estudo no semestre pelo menos uns 2 disponibilizam (o texto em formato digital), ou se não tem o arquivo pra enviar ou gravado em CD, pendrive, etc. nos informam onde encontrar na internet. Eu gosto de ler mais o impresso, acho que já virou mania rs, mesmo com o arquivo digital acabo imprimindo em casa porque na aula o texto já vai marcado, com as anotações e também porque não tenho um dispositivo em que possa ler o texto com facilidade quando não estou no computador.»

Interessante registrar que o livro como objeto é extremamente valorizado entre as camadas populares, apesar das dificuldades em adquiri-lo e, possivelmente, por isso mesmo. Exemplar é o caso de uma estudante que, considerando um dos livros indicados pelo professor muito importante de se ter, mas, ao mesmo tempo, não dispondo de recursos financeiros para comprá-lo, fotocopiou-o integralmente e colou as páginas (frente e verso), reconstituindo-o como objeto, em brochura artesanal.

6. A FOTOCÓPIA COMO INSTITUIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS E A RETÓRICA DO LEITOR

Em um estudo de caso realizado entre estudantes frequentadores da biblioteca da Universidade Sorbonne Nouvelle-Paris 3 e o uso que fazem das fotocópias, os autores, Alain Viala e Floriane Gaber²⁶, fundamentam suas interpretações das práticas observadas sobre um esquema, por eles criado e nomeado, de *retórica do leitor*. A ideia norteadora, dizem os autores²⁷, aproximando-se

e burguesa, em um sentido mais amplo e, segundo Pavão («Cómo se hace uno lector? Una etnografía de la carrera de usuarios de cultura escrita a través del análisis de ocho películas»). Em: *XIII Congreso de Antropología: «Periferias, fronteras y diálogos»*, 2014), constituem passo importante na trajetória de construção da carreira do indivíduo como usuário da cultura escrita.

²⁵ Segundo Paul LAFARGUE («Introdução». Em. MARX, Karl. *O capital: extratos por Paul Lafargue*. Tradução de Abguar Bastos. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2004. 140), Marx, por exemplo, fazia amplo uso deste recurso em seus próprios livros e afirmava: «Os livros são meus escravos e hão de servir-me de acordo com meus desejos e com toda a pontualidade». Diz ainda o autor que Marx «maltratava os livros, dobrava-os em ângulo, borrava-os e sublinhava tal ou qual trecho». Seu sistema de sublinhar, escreve Lafargue, «permitia-lhe ir ao assunto sempre que julgasse oportuno». A fotocópia permite, em última instância, que estes estudantes sejam senhores dos *textos*, servindo-se deles com total liberdade. Esta liberdade, certamente favorece o estudo.

²⁶ Em FRAISSE, E. *Les étudiants et la lecture*. PUF, Paris, 1993.

²⁷ *Ob. cit.*, p. 157.

—sem contudo tê-lo tomado como referência— das concepções de leitura e de leitor elaboradas por Chartier²⁸, é que o leitor não se contenta em seguir a retórica que presidiu à elaboração do material que ele lê, mas segue uma retórica própria à situação da leitura em função das competências leitoras que são as suas, naquele dado momento.

Neste esquema, os autores fazem uma homologia entre a *retórica tradicional* e o que eles nomeiam por *retórica do leitor*, elencando cinco fases deste processo: a primeira diz respeito à *eleição* do texto a ser lido; a segunda refere-se à *orientação* da leitura (os objetivos da leitura: *para* se informar, *para* prestar exames...); a *transposição* seria a terceira fase desta retórica, que consiste na apropriação do leitor de elementos do enunciado em seus próprios códigos; a quarta fase é nomeada por *ação própria da leitura*, tomada no sentido mais concreto do termo: se a leitura é feita de um só fôlego ou em fragmentos, se são tomadas notas ou não, etc.; a quinta e última fase consiste na *memorização*, seja psicológica ou material (como conservar as notas, o livro lido, os textos).

De onde são recolhidos estes *textos*? De livros? Periódicos? Manuscritos? Como se dá a *eleição* destes *textos*? Em que sentido se dá a *orientação* destas leituras? De que forma estes conteúdos são *transpostos*? Quais são as *ações*, para utilizar o esquema criado por Viala e Gaber, ou os *gestos de leitura*, buscando as referências teóricas de Chartier, que caracterizam as especificidades desta prática de leitura universitária? E, por fim, como se *conservam* estes *textos*?

Estes são os pontos que desenvolverei a seguir, na tentativa de descrever com o máximo de precisão, esta instituição.

7. DA ELEIÇÃO DOS TEXTOS: O PAPEL DO PROFESSOR

Uma das razões para privilegiar-se o texto e a produção de sentidos coletiva a partir de sua leitura tendo o professor como mediador, é proliferação desmesurada de publicações e de publicações sobre as publicações. Chartier²⁹ chamará estas coletâneas, catálogos, inventários sobre leituras pré-existentes, de «*bibliotecas sem paredes*».

Ao analisar a aventura do livro em uma perspectiva histórica, do leitor ao navegador, Chartier nos chama atenção para a tensão entre a *falta* e o *excesso*, entre o papel da biblioteca de *reunir* e *dispersar*. Segundo o autor, «a proliferação textual pode se tornar obstáculo ao conhecimento. Para dominá-la, são necessários instrumentos capazes de triar, classificar, hierarquizar³⁰». Pode-se dizer que os procedimentos de leitura se tornaram mais complexos, exigindo do leitor, justamente, os critérios para elaborar a necessária seleção, se bem que, desde a idade média, a atuação do professor, como leitor experiente que indica textos selecionados, já tenha sido documentada no caso de institucionalização pedagógica das *pecie*. Com a inflação de textos na vida contemporânea, no entanto, a posse destes critérios, a capacidade de manipulá-los satisfatoriamente é, ainda mais, um elemento de distinção e hierarquização entre leitores na contemporaneidade: «Diante dessa multiplicação, há aqueles que estão em condições de dominá-la porque sua cultura e os instrumentos que ela constitui permitem orientar-se racionalmente nesse mundo prolífico, e aqueles que, completamente desarmados diante desta profusão, fazem as más escolhas e são como que asfixiados ou afogados pela produção escrita³¹».

Um bom leitor, escreve Lebrun³² é «alguém que evita um certo número de livros, um bom bibliotecário é um jardineiro que poda sua biblioteca, um bom arquivista seleciona aquilo que

²⁸ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

²⁹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priori. Brasília: Editora UnB, 1999.

³⁰ *Ob. cit.*, p. 99.

³¹ *Ob. cit.*, p. 110.

³² Em CHARTIER, *ob. cit.*, p. 127.

se deve refugar ao invés de armazenar». Percebe-se, segundo Chartier, a necessidade absoluta da triagem, para a gestão, a organização, ou, ainda, o próprio domínio da conservação da produção.

Em especial, para os leitores que não dispõem dos critérios seletivos necessários para este trabalho de triagem, espera-se que sejam necessárias a elaboração de protocolos e a seleções de leitura por um leitor «autorizado». No caso específico da instituição de reprodução de textos no ensino superior, é o professor quem seleciona os textos de acordo com seus próprios critérios, com objetivos pedagógicos pré-estabelecidos e comprometido, inevitavelmente, com algum viés ideológico.

A eleição dos textos, portanto é, via de regra, imposta pelos professores e seguida, em geral, com pouca autonomia pelos estudantes. Ressaltando-se que estudantes de pós-graduação distinguem-se por sua maior autonomia no que diz respeito à eleição dos textos a serem lidos e que muitos estudantes das camadas médias e altas preferem —e têm poder aquisitivo para— adquirir o livro, mesmo que para dele, leiam apenas um fragmento.

Quais são os critérios de seleção destes textos? Quais as concepções pedagógicas que orientam estes critérios de escolha? Como se dá a relação destes fragmentos de forma a adquirirem uma nova *unidade*? Esta unidade é construída coletivamente, ou haveria apropriações individuais? Consultada sobre a institucionalização da fotocópia como instrumento pedagógico, uma professora da UCB que atua em cursos de graduação e pós-graduação:

«Me sinto meio dividida, pois sempre me digo que o aluno deveria ler o livro todo e que, do ponto de vista do autor e de seus parcos direitos é uma «sabotagem». Mas, ao mesmo tempo, faço um uso frequentíssimo desse recurso. (...) Obrigo-os realmente a ler e se fosse um livro inteiro, não poderia exigir com tanta frequência e nem fazer um trabalho tão circunscrito e pontual como faço. (...) Isto abre a outras leituras diferentes da minha e também «tira o medo» de ler os grandes autores. (...) Outro aspecto: o uso de xerox me permite fazer um «agenciamento» pessoal dos autores. (...) Se, a cada vez, eu obrigar o aluno a ler os livros inteiros (além da inviabilidade), estarei sendo obrigada a refazer mil vezes um percurso de leitura que já fiz e de onde já selecionei o que quero e já criei relações novas com outros livros, autores, etc. (...) A partir deste ponto, construo um ponto de vista meu e é esse ponto de vista que quero compartilhar e testar com meus alunos. Num curso habitual, não há tempo para que eles se percam tanto quanto eu me perdi».

Mas esta não é a única lógica que preside o processo de seleção dos textos por parte do professor, na posição de leitor mais experiente. Em sua pesquisa sobre as práticas de leitura no curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, entre os relatos dos professores sobre a seleção do material de sua disciplina, Corrêa (2001) observa a preocupação em buscar textos mais fáceis, mais acessíveis à capacidade de compreensão dos estudantes que, segundo os professores, é muito baixa. No interior do conjunto destas estratégias, há desde a preferência de comentadores no lugar de trabalhar com os «autores clássicos», passando pelo uso de trechos de livros didáticos originalmente destinados ao ensino médio ou de revistas pedagógicas de divulgação, até a preparação de «traduções» elaboradas pelos professores, ou seja, espécie de resumo dos conteúdos em «linguagem mais simplificada».

Ainda sobre a fabricação do *texto*, ou seja, sua captura da unidade da qual fazia parte originalmente, para integrar uma outra unidade construída pelo professor, pela qual, poderíamos dizer que alcança o *status* de autor (por essa seleção e criação de uma nova unidade)³³, nos perguntamos

³³ Tenho notícias, por exemplo, de que na universidade americana de Havard, esta também é uma prática comum, mas toma aspectos diversos. Lá, os textos selecionados para o programa de um curso (informações colhidas em 2003), pelo professor, são tornados um «dossiê», como relatou um informante, ou seja, são encadernados todos juntos. O estudante inscrito no curso, adquire uma cópia deste dossiê já encadernada. Soube, ainda, que alguns destes dossiês —que são, ao final das contas, publicações de coletâneas onde o professor é o organizador e tem sua marca de autoria— chegam a ser cobrados por um valor superior ao valor de custo da fotocópia e encadernação, relativo ao prestígio do professor e da raridade dos textos por ele reunidos em seu dossiê. Em artigo sobre a *Antologia Nacional*, material didático muito utilizado nas escolas brasileiras do fim do século XIX até os anos 30 do século XX, Magda Soares destaca a função de autor dos organizadores e comenta os critérios de seleção por eles utilizados («O livro didático como fonte para a his-

sobre os cuidados tomados pelo professor-organizador-autor, em registrar sua origem, ou seja, as referências de onde o texto foi *capturado*. Parece que a maioria dos professores costuma anotar, à mão, nos textos, as suas referências bibliográficas, mas também se tem notícias de que, muitas vezes, talvez pela falta de tempo, estas referências se perdem, ficando o texto afastado de sua unidade de origem e preso, portanto, à sua nova unidade, construída pelo professor para o seu curso específico.

Poderíamos comparar as «pastas de textos», que são o conjunto de textos eleitos pelo professor responsável pela disciplina, ao conceito de *biblioteca* trabalhado por Calvino³⁴ em seu *Por que ler os clássicos?*, onde afirmará que cabe a cada leitor montar uma biblioteca ideal com seus próprios clássicos, com aqueles livros que se tornaram uma riqueza para quem os leu, que sempre terá algo a lhes dizer, que dá no que pensar, que surpreende, que estabelece uma relação pessoal com o leitor, em suma; aqueles livros, para os quais a leitura se constitui uma *experiência*³⁵. Além disso, um clássico seria uma obra que perdura no tempo e se insere em uma genealogia. Neste sentido, a *pasta de textos* não seria uma biblioteca? A biblioteca dos «clássicos» sob o ponto de vista daquele professor, no interior de uma determinada disciplina? Não estou querendo dizer aqui que os professores só elejam, necessariamente, «clássicos» de seu campo de conhecimento, mas os *seus clássicos*, nos termos de Calvino. Tornar-se-á também aos estudantes, experiência, a leitura destes textos?

Conforme depoimento da professora citado anteriormente, a seleção de textos da pasta é norteada pelos percursos de leitura do professor e, através desta nova ordem, desta nova unidade, o professor prescreve à turma aquela seleção. Mais do que isso, o professor conduz a leitura dos estudantes em função do seu próprio viés de leitura, o seu *protocolo de leitura*, nos termos de Certeau, procurando exercer, para atingir os seus objetivos pedagógicos, o controle, dentro do possível, da recepção da leitura por parte dos estudantes.

Está claro que os textos se dão a múltiplas leituras, porém, aquela seleção só fará sentido se for orientada por um determinado fio condutor, ou seja, o protocolo de leitura pré-estabelecido pelo professor-autor daquela seleção, daquela disciplina, daquela pasta.

Um exemplo: costume selecionar para disciplina de Alfabetização I, um trecho do livro *As palavras*, de Sartre³⁶. Imagino que este texto possa ser incluído em cursos de letras, de filosofia, ou mesmo sobre o desenvolvimento psicológico infantil. Entretanto, este trecho ilumina o meu percurso de leitura sobre a questão do *habitus* de leitura, a dimensão sagrada da cultura escrita, a alfabetização como um rito de passagem e mais uns tantos outros pontos que me parecem importantes no interior daquela disciplina. Se permito que os estudantes interajam livremente com este texto, corremos o risco de que venha parecer completamente inadequado, por exemplo, seguido de um trecho de Tristes Trópicos, onde Lévi-Strauss descreve o uso que um chefe nambiquara fez da escrita em um ritual de trocas. Ambos os textos antecedendo à leitura de Emília Ferreiro.

É razoável supormos, porém, e a nossa prática docente de fato o comprova, que muitos estudantes encontram dificuldades em *re-colher* dos textos os elementos que o professor busca sublinhar (digo metaforicamente mas, muitas vezes, os professores deixam à loja de fotocópia seus exemplares com todas as marcas de suas leituras pessoais) a fim de alinhar a sua seleção, conferindo-lhe um sentido (que é, em geral, um sentido pré-estabelecido, com alguns desvios de rota mais ou menos aceitáveis).

Podemos dizer, portanto, que o uso da fotocópia (seleção organizada na pasta) como instituição pedagógica, pressupõe a ação tutelar do professor como se a leitura fosse um fármaco por ele prescrito ou, de forma mais amena, a *mediação* do professor. Uma das entrevistadas narra indignada que, diante da indicação de leitura do professor, que lhe pareceu muito difícil, buscou

tória da leitura e da formação do professor-leitor». Em: MARINHO, Marildes (org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, ALB, 2001).

³⁴ CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cultrix, 1993.

³⁵ Utilizo-me aqui da discussão desenvolvida por Larrosa (1998), ao referir-se à dimensão formadora da leitura no sentido de *transformar* aquele que lê, constituindo-se, assim, em *experiência*.

³⁶ SARTRE, Jean-Paul. *As Palavras*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

na biblioteca uma outra obra sobre o mesmo assunto em «edições de divulgação³⁷» e que, ao saber de sua auto prescrição, a professora desaprovava radicalmente sua iniciativa. Mais contemporaneamente, com a expansão do acesso à internet, nestes casos, os estudantes costumam recorrer a sites de ajuda a estudantes, alguns dos quais com simplificações grosseiras e mesmo equivocadas, igualmente desaconselhável pela maioria dos professores.

Infelizmente, a seleção dos professores pode ser, também, bastante aleatória. Há casos, conforme relatos de entrevistados, em que o professor, por inexperiência ou desconhecimento do campo, realiza uma seleção que não chega a formar uma unidade coerente. Algumas vezes, os textos selecionados ainda não lhes são familiares, tendo sido tomado como critério de seleção o seu projeto particular de leitura em andamento. Através de depoimentos espontâneos, tivemos conhecimento de professores que consultam as pastas de seus colegas para construir a bibliografia de suas disciplinas. Os estudantes entrevistados foram bastante críticos em relação aos professores que selecionam textos desta forma. Uma delas (UCB) comenta: «Sabe o que eles fazem? Colocam só coisa da pesquisa deles, coisa que não tem interesse pra gente, que não tem nada a ver com a matéria».

Sobre a sua origem, os informantes e a observação revelam que os textos, em sua maioria, são retirados de livros. Também são utilizados artigos de periódicos. A porcentagem entre capítulos de livros e artigos depende do curso. Não houve diferenças significativas sobre o papel do professor na eleição dos textos entre as três universidades pesquisadas ao longo do período de pesquisa.

8. A TRANSPOSIÇÃO: DA LEITURA À PRODUÇÃO DE SENTIDOS

A *transposição* materializa-se, por exemplo, nos trabalhos escritos e nos seminários apresentados em sala ou nos trabalhos de final de curso. E o professor, como autor daquela determinada seleção e tutor da leitura de seus alunos, procura controlar esta transposição de acordo com seus objetivos pré-definidos.

Está claro que há, nestas coletâneas, uma orientação, uma atitude tutelar do professor sobre a leitura e, mais especificamente, sobre a fase de *transposição de leitura* por parte do estudante. Mas não podemos desconsiderar que todo leitor é um furtivo caçador³⁸ que sempre encontra meios de subverter as orientações dos autores e editores no sentido de controlar sua construção de sentido, sua leitura. Mesmo assim, a palavra de autoridade do professor é muito forte e as suas indicações de leitura, a sua seleção proposta é uma forma de impor interpretações legítimas.

É comum, por exemplo, a reclamação dos estudantes de que haviam desenvolvido uma questão (no caso de uma avaliação do tipo prova) satisfatoriamente, mas que não estava de acordo com «aquilo que o professor queria».

Retomemos à figura do «copista» trazida por Borges no início deste texto. Mais do que um gesto de escritura, encontro neste conto um gesto de leitura através da cópia, e de uma *leitura autoral* em oposição àquilo que poderíamos chamar de *leitura-cópia*³⁹. No início de sua empresa, Menard empenhou-se o mais que pode em *ser* Cervantes escrevendo Quixote, mas logo descobriu que desafio muito maior e muito mais relevante seria reescrever Quixote sendo Menard, um homem do século XX. Dessa forma, Menard opta pela leitura autoral. Este parece ser um aspecto importante nesta fase da *retórica do leitor*, de como se dá a *transposição*. Há espaço nesta prática pedagógica para a *leitura autoral* ou a tutela do professor e seus protocolos de leitura prevalecem?

³⁷ Livros de leitura fácil sobre temas de interesse geral destinados a leitores não especializados. No Brasil, um bom exemplo seria a popular coleção «*Primeiros Passos*» da editora Brasiliense.

³⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim F. Alves. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

³⁹ Sobre este tema, especificamente, ver PAVÃO, Andréa; MELO, Maria Lúcia. «Práticas de leitura e escrita na escola Carmin: vivência ou experiência? Autonomia ou automação?». Em: KRAMER, Sonia; OSWALD, Maria Luiza (org.). *Didática da Linguagem: ensinar a ensinar ou ler e escrever?* 1.ª ed. Campinas: Papirus, 2001, pp. 113-142.

Outro fato curioso que a observação de campo revela são as múltiplas estratégias que o estudante desenvolve a fim de persuadir o professor de que leu o texto, quando de fato não o fez. Alguns confessaram fazer marcações com canetas coloridas e fosforescentes ao longo do texto para que o professor e seus colegas acreditassem que o texto havia sido cuidadosamente lido. Outra estratégia comum de lidar com o controle da transposição exercida pelo professor na cena pedagógica é a leitura do início de algumas sessões do texto e retirada de elementos-chave ou simplesmente de chavões, para serem levantados oralmente pelo estudante, prestando contas de sua suposta leitura.

Na atividade de produção de sentidos, o professor passa a ser um interlocutor ou mediador entre o texto e a aprendizagem e o aluno, como sujeito leitor e autor de seus textos. Para que esta situação ideal se concretize, entretanto, é necessário que o estudante efetivamente leia o texto, recolha-se na leitura e produza sentidos ele próprio. Na prática, o que vemos, ao menos nos cursos de graduação e, em especial, nos de pedagogia, é que, muitas vezes, o texto não é sequer lido, quando muito fotocopiado, como se o acúmulo de fotocópias já garantisse, por si só, a transposição e não apenas a capitalização do material fotocopiado que estará à disposição do estudante para consultas posteriores, caso tenha organizado seu material com o devido cuidado para que os textos possam ser facilmente acessáveis no futuro. Quando lidos, a dificuldade em produzir sentidos a partir da leitura é uma reclamação recorrente, tanto por parte dos professores quanto dos estudantes. Em geral, nota-se uma dificuldade bem maior entre os estudantes bolsistas e cotistas para fazer o que se costuma chamar de *leitura significativa*⁴⁰. Haveria muitas hipóteses para justificar tal dificuldade. Levanto duas que me chamam mais atenção: ou porque, ao longo de sua trajetória escolar jamais autorizou-se (nem foi autorizado) a fazer uma leitura significativa ou, mesmo que o faça, não se sente à vontade de expressar suas ideias por não dominar o dialeto padrão e prestigiado.

O bom desenvolvimento da instituição pedagógica que domina a cena universitária há pelo menos quatro décadas (a pasta de textos fotocopiados selecionados pelo professor) depende da competência dos estudantes leitores e de um excelente nível de autonomia (nível avançado na carreira de usuário da cultura escrita). E esta é uma das grandes dificuldades que os estudantes bolsistas enfrentam, segundo relataram, para se manterem na universidade. Por outro lado, esta prática também tem uma forte dimensão formadora de leitores. É comum o relato de que «no começo foi muito difícil, eu não entendia nada e ficava calada nas discussões dos textos, só anotando tudo que falavam mas, com tempo, fui começando a compreender mais por mim mesma e até tomar coragem de falar nas aulas. É que, você sabe, né? Eu posso dizer que fui começar a ler mesmo foi aqui na faculdade». Conforme relatos de informantes, o nível de exigência dos professores universitários sobre a compreensão leitora distancia-se muito do dos professores da educação básica cujos exercícios se restringiam à mera localização de informações explícitas nos textos lidos, enquanto na universidade são requeridos níveis mais elevados de proficiência, desde a inferência de informações implícitas a funções mais elevadas como a intertextualidade.

9. AÇÕES PRÓPRIAS DE LEITURA

Quanto aos *gestos de leitura*, ou as *ações próprias de leitura*, sabemos já que são gestos muito particulares que caracterizam o que viemos denominando de *leitura para estudo*⁴¹, ou seja; «sem

⁴⁰ Termo nativo muito utilizado tanto por professores quanto por estudantes que se contrapõe ao que costumam dizer, mais ou menos no *senso comum*, de *leitura decodificada*. Esta distinção foi especialmente explorada na obra de Paulo Freire (*A importância do ato de ler*. 39.^a ed. São Paulo: Cortez, 2000) e também, mais recentemente, através dos trabalhos de Magda SOARES («Letramento e alfabetização: as muitas facetas». *Revista Brasileira de Educação*, 2004, 25), no campo da educação. Supõe-se, portanto, que se pode ler sem compreender o que se lê.

⁴¹ A respeito especificamente da leitura enquanto estudo, ver DAUSTER, Tânia, DUARTE, Rosália, PAVÃO, Andréa, AMARAL, Dione, MARQUES, Bárbara. «A invenção do leitor acadêmico: quando a leitura é estudo». *Educação, Universidade-Rio*, 2001, 57.

descartar o prazer, tais práticas negam qualquer noção de gratuidade, que é suplantada pela ideia de trabalho e funcionalidade⁴²».

Entre os *gestos* ou *ações próprias* que caracterizam a leitura enquanto estudo⁴³, podemos citar: a fragmentação das leituras; os tempos cada vez mais reduzidos de leitura impostos pelos prazos muito justos das disciplinas, acrescidos do volume cada vez mais renovado de informações disponíveis; as diversas formas de marcação destes *textos*; a prática de resenhar; fichar; selecionar trechos para futuras citações; o controle futuro da recepção, etc.

Juliana, em sua entrevista, mostrou-me suas estratégias de leitura. Para lidar com a dificuldade de leitura fez um curso de *leitura dinâmica* onde aprendeu a marcar o texto de acordo com uma técnica em que são usados registros diferentes para os diversos níveis da leitura (tema principal marcado com um retângulo, argumentos que sustentam esta ideia com um círculo, etc.). Quando perguntei-lhe se não seria cansativo ler assim, ela apenas respondeu: «É uma técnica, só isso».

Se valermos-nos da discussão sobre o prazer estético, este conjunto específico de *ações de leitura* parece remeter à oposição clássica entre *prazer e trabalho*, entre *uti* (uso) e *fruti* (prazer), tal como concebido por Santo Agostinho. Segundo Jauss⁴⁴, pela *estética marxista*, a dissociação entre prazer e trabalho está na base da alienação, perda da noção da realidade em sua complexidade, de onde talvez possamos inferir que a leitura enquanto prática, que dissocia o prazer do trabalho, engendraria uma atividade alienada, na qual não há lugar para o gozo, o *usu-fruir*, e onde o uso, o caráter instrumental, supera qualquer outro nível de apreensão estética. Igualmente alienada seria a prática de leitura onde o prazer se sobrepõe ao trabalho, na outra ponta, como ocorre na idealização da leitura literária tão presente nos discursos oficiais de políticas de formação de leitores.

Esta parece ser uma oposição muito presente na discussão do acesso à leitura no interior da luta de classes: de um lado, a leitura enquanto *ócio* e, de outro, como *neg-ócio*⁴⁵. A leitura aqui, talvez seja, predominantemente, uma *poiesis*, um dos três aspectos que caracteriza a experiência estética e que consiste no *criar*, no *fazer*, no *agir*, pressupondo um trabalho ativo do leitor. Os demais aspectos são a *aisthesis*, a relação sensual (*aisthesis*, sensação) com a materialidade do texto e, por fim, a *kátharsis*, experiência através da qual, o leitor vai se projetar subjetivamente no texto, entrar no texto, emocionar-se, alterar-se. Nos relatos dos estudantes é recorrente a reclamação sobre a falta de tempo para «aprofundar na leitura», em seus próprios termos. Esta dimensão de leitura talvez esteja associada ao que chamamos de *experiência*, esta vivência que deixa marcas na memória de quem as vive, que o transforma.

Creio que seja interessante buscarmos pensar a relação entre o leitor e o texto de forma dialética. Se, por um lado, através da *recepção poética* damos centralidade à subjetividade do leitor que transforma, por assim dizer, o que lê, construindo significados próprios, na *recepção catártica* ocorre o apagamento da subjetividade, a «leitura como uma experiência de formação», nos termos de Larrosa⁴⁶, onde o leitor é transformado pelo texto.

O que parece ocorrer, de acordo com os depoimentos e observações de campo, é que este *trabalho* de produção de significados a partir do que se dá a ler é marcadamente controlado na leitura enquanto estudo, na leitura pedagogizada. As instituições de ensino tendem a administrar a leitura, controlando a sua recepção através de inúmeras estratégias pedagógicas.

Frente ao enorme volume de leituras, uma estudante da UPB comentou: «Não dá nem para pensar, eu leio como máquina, em todo lugar, especialmente na condução e, mesmo assim, não

⁴² FRAISSE, *ob. cit.*

⁴³ Em pesquisa realizada em uma escola de formação de professores (PAVÃO, *ob. cit.* 2001), foi analisado um conjunto de gestos e ações próprias relacionados à leitura e escrita *sob orientação pedagógica* onde se observa grande semelhança com o observado entre estudantes universitários e que se distingue do conjunto de gestos e ações das práticas de leitura e escrita *autônomas*.

⁴⁴ JAUSS, Hans Robert. «O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e kátharsis». Em LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor-textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁴⁵ CHAUFÉ, Marilena. Introdução a LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2.^a ed. São Paulo: UNESP, 2000.

⁴⁶ LARROSA, Jorge. «Leitura e metamorphose». Em *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

dou conta de tudo. Leio tudo pela metade. É muita coisa. Uma coisa que a ajuda é o trabalho em grupo. Cada um fica com uma parte».

10. A MEMORIZAÇÃO

A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-lo, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala (Paulo Freire⁴⁷).

Com a boa intenção de socializar o material escrito a que tem acesso, o professor frequentemente faz seleções muito extensas de trechos de livros que ele levou muitos anos para ler e que espera que sejam lidos de forma consistente e crítica em apenas seis meses. Sobre isso, Paulo Freire⁴⁸ pronuncia-se:

«Creio que muito de nossa insistência enquanto professores, em que os estudantes «leiam», num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. Em minha andarilhagem pelo mundo, não foram poucas as vezes em que jovens estudantes me falaram de sua luta às voltas com extensas bibliografias a serem muito mais «devoradas» do que realmente lidas ou estudadas. Verdadeiras «lições de leitura» no sentido mais tradicional desta expressão, a que se achavam submetidos em nome de sua formação científica e de que deviam prestar contas através do famoso controle de leitura. Em algumas vezes cheguei mesmo a ler, em relações bibliográficas, indicações em torno de que páginas deste ou daquele capítulo de tal ou qual livro deveriam ser lidas: “Da página 15 à 37”».

Algumas estratégias são observadas para conservação e classificação deste grande volume de textos, tais como o uso de fichários e arquivos de papelão. Entre o volume total de textos que o estudante coleciona, muitos são descartados ao final do período, quando muito, ironicamente, acabam sendo reutilizados como rascunho, suporte de produção de novos textos. Para Viala e Gaber⁴⁹, a prática da reprodução através da fotocópia estaria relacionada, em parte, a um «comportamento fetichista». Os estudantes estocam «pilhas de papel que fazem volume e que garantem, talvez, um capital cultural importante, onde a presença material é visível, sem que seja, entretanto, necessariamente assimilada, digerida⁵⁰».

A dificuldade imposta pelo suporte-fotocópia de busca através de um índice, por exemplo, sem dúvida compromete a função de conservação para consulta posterior.

Do ponto de vista cognitivo, a memorização é prejudicada, na maioria das vezes por este excesso de leituras impostas nas várias disciplinas em um mesmo semestre. Entre os estudantes não-bolsistas há muitos que fazem a opção por reduzir o número de disciplinas para poderem dedicar-se mais a cada uma delas. Outra grande diferença é a relação com o tempo. Por trabalharem, em sua maioria, acabam por estabelecer uma postura em relação ao texto puramente instrumental, buscando nele apenas o que possa vir a ser pedido futuramente, tal como aprenderam na escola nas aulas de Língua Portuguesa, nos exercícios de interpretação de textos. Perguntados sobre *o que fica* ao final das disciplinas, respondem: «Ah... é difícil dizer, mas é bem pouco. Sei lá, uns 10%, no máximo 20%».

⁴⁷ Paulo FREIRE, *ob. cit.*, p. 17.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Em FRAISSE, *ob. cit.*

⁵⁰ Em FRAISSE, *ob. cit.* p. 167.

11. AUTORIA, PROPRIEDADE INTELECTUAL E VALOR DE SOCIALIZAÇÃO

Um tema muito recorrente no debate atual sobre as fotocópias é a questão da originalidade, da autoria, da fragmentação, da perda daquilo que Benjamin chamou de *aura*, em favorecimento do *valor de socialização* e da defesa dos direitos autorais.

Em 2001, na Bienal do Livro, houve um seminário especificamente sobre os perigos da reprodução, no qual alguns professores universitários se posicionaram junto às editoras na defesa do livro e lamentavam que a fotocópia tivesse se tornado o instrumento básico de formação dos estudantes universitários por impor uma leitura fragmentada. Em 2002, neste clima de caça às bruxas, o reitor da UCB chegou a fazer um apelo aos professores para que abandonassem a prática da fotocópia.

Nesta mesma época, o debate sobre direitos autorais inspirou uma organização não governamental na Califórnia a criar, em 2001, um sistema de licenciamento de produtos autorais, o *Creative Commons*, através do qual, os autores autorizariam a reprodução de suas obras e em quais condições.

Conforme Lajolo & Zilberman⁵¹ ressaltam, a legislação protetora dos direitos autorais é uma conquista histórica importante no sentido de que se possa, ao menos vislumbrar, a possibilidade de os autores viverem daquilo que sabem fazer: escrever, *viver de sua pena*. Entretanto, sabemos que a lei que restringe a reprodução de livros garante mais a sobrevivência dos editores do que a dos escritores.

A relação entre autores e editores sempre foi uma relação delicada, daí Diderot⁵² referir-se aos editores da *Enciclopédia* por «*meus corsários*». Sartre⁵³ nos conta que descobre a exploração do homem pelo homem, ainda criança, observando a relação do editor com seu avô: «Por que era preciso que os editores, *esses vampiros*, o descompusessem, bebendo o sangue de meu pobre avô?». E nas palavras do avô, vemos também, esta representação dos editores: «Meu editor me assaltava como numa floresta». Corsários, vampiros, ladrões: assim são representados os editores pelos autores.

Em 1763, encomendado pela comunidade de livreiros parisienses, Diderot escreve uma *Carta sobre o comércio do livro* em que trata da história dos regulamentos do mercado livreiro à época, onde considera o privilégio de edição aos livreiros uma espécie de mal necessário, pois que «nada se concilia tão mal quanto a vida ativa do comerciante e a vida sedentária do homem de letras», entretanto, faz-se um defensor da propriedade intelectual, uma vez que, segundo o iluminista, «só o firme reconhecimento da propriedade dos escritores sobre suas *produções*» e a segurança que se dá aos livreiros podem garantir o pagamento de um preço justo das obras cedidas pelos primeiros e adquiridas pelos segundos⁵⁴.

Ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade desta aliança, não deixa de pontuar as diferenças entre os interesses dos parceiros e de como as escolhas dos editores são norteadas pela lógica do mercado que, descrito por Diderot, em muito se assemelha ao de hoje onde os *best-sellers*, mais ao gosto popular, correspondem ao carro-chefe dos catálogos editoriais, reconhecendo que «os livros eruditos e de uma certa importância não tiveram, não têm, nem nunca terão mais do que um pequeno número de compradores».

Alguns editores idealistas, entretanto, arriscavam-se na empresa de compor estas obras de escoamento mais difícil porque atende a um público mais reduzido. Evidente que o valor da obra era elevado e o público erudito, «pobres em todos os tempos⁵⁵», encontrava dificuldades em adquiri-la. Um comerciante confeccionava, então, uma reimpressão barata da mesma obra e «a

⁵¹ LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2002.

⁵² DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

⁵³ *Ob. cit.* p. 33.

⁵⁴ Roger CHARTIER, Prefácio a DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 20.

⁵⁵ Denis DIDEROT, *ob. cit.* p. 36.

indigência do homem de letras, triste condição a que sempre retornamos, preferia a edição mais barata à melhor⁵⁶» e o hábil livreiro que preparara a bela edição, via-se obrigado a baixar o seu preço, amargando em prejuízo.

Esta situação descrita por Diderot em meados do século XVIII, em muito se aproxima da realidade atual, onde as fotocópias têm seu paralelo nas reimpressões realizadas por confratores da época. Interessante notarmos como sempre houve mercado para as «edições piratas», uma vez que o acesso aos bens culturais sempre foi desigual. Entretanto, Diderot chamava atenção sobre o suporte que o texto se dava a ler e da reação dos compradores das falsificações: «não tardavam por enjoarem-se de uma edição desprezível, acabavam por comprar duas vezes o mesmo livro (...) é sempre o bom gosto que predomina e que expulsa a edição ruim da prateleira para ceder lugar à de qualidade⁵⁷».

No nosso caso, entretanto, talvez seja bem mais difícil que os estudantes das camadas populares cedam ao «bom gosto», embora, como já foi dito, de fato tenham preferência estética pela edição original.

Atualmente, no Brasil, esta preferência se torna muitas vezes proibitiva pelos elevados preços de nossas publicações. É preciso dizer, contudo, que esta opção está presente nas trajetórias dos estudantes que pretendem seguir a carreira acadêmica em cursos de pós-graduação e que, ao longo do período de formação na universidade, passaram a rever suas prioridades de consumo e a garantir a aquisição de alguns livros que exibem com orgulho em suas residências, como pude observar *in loco*. A aquisição de livros como prioridade de consumo é, portanto, um elemento distintivo na construção da carreira dos usuários da cultura escrita.

Apesar dos paralelos possíveis entre a realidade descrita por Diderot e a nossa contemporânea, o progresso das técnicas de reprodução redimensionam o problema: como garantir os direitos da propriedade intelectual em plena «Galáxia de Bill Gates», quando a própria concepção de autoria está sendo ressignificada na atualidade? Diversos trabalhos têm se ocupado deste tema, em especial sobre os direitos autorais no caso das fotocópias no ensino superior⁵⁸, mas aprofundar este aspecto da questão nos afastaria do foco principal deste artigo. Em 2007, Cafardo⁵⁹ previa a institucionalização das cópias legais através de pastas digitais dos professores, com cobrança de direitos autorais.

Sem dúvida, podemos afirmar que o uso da fotocópia de textos como suporte privilegiado nas práticas de leitura na universidade representa um impacto significativo na hierarquia que emerge das relações entre autor e leitor e não apenas nas relações que envolvem autoria e propriedade intelectual. Podemos entender a seleção de textos elaborada pelo professor e organizada nas «pastas» como uma forma de transgressão dos protocolos de leitura impostos pelos autores, editores e apresentadores dos livros de onde são selecionados os textos para integrarem uma nova unidade na qual o professor é o autor que impõe o seu próprio protocolo de leitura aos estudantes que, por sua vez, obviamente, encontram caminhos para escapar desta tentativa de controle da recepção de sua leitura, dependendo do seu nível de autonomia e capacidade de seleção.

Como nos esclarece Chartier⁶⁰, o autor não escreve livros, apenas textos que se dão a ler através da mediação do editor, do programador visual, do apresentador da obra, podendo receber tratamentos bem diferenciados em diversas edições em função de interesses específicos de mercado. O suporte livro impresso tornou-se hegemônico após a chamada revolução de Gutenberg, mas

⁵⁶ DIDEROT, *ob. cit.* p. 39.

⁵⁷ DIDEROT, *ob. cit.* pp. 42-43.

⁵⁸ Brasil. Ministério da Cultura. *Direito autoral: coleção cadernos de políticas culturais*; v. 1, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/caderno-politicas-culturais-direitos-autorais.pdf>. Consultado em 13/10/2015. ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. *Pasta do professor: o uso de cópias nas universidades de Salvador*. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2006. CRAVEIRO, Gisele; MACHADO, Jorge; ORTELLADO, Pablo (coords.). *O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*. Bauru, SP: Canal 6, 2008. CAFARDO, Renata. *Contra xérox de livros, cópias legais*. Disponível em: http://www.techne.com.br/noticias/Sumare_JornalEstadoSP.pdf. Consultado em 11/08/2015.

⁵⁹ CAFARDO, *ob. cit.*

⁶⁰ CHARTIER, *ob. cit.* 2000.

sabemos que a aventura do livro está em constante devir e que os meios de produção e as novas tecnologias alteram todas as relações que se estabelecem com o texto.

A «pasta» é um suporte que se forma a partir de operações de recorte e colagem, de bricolagem, cujos fragmentos podem se recompor em outras unidades infinitamente, de modo que um mesmo texto pode vir a ser objeto de ensino em disciplinas muito diversas.

Entretanto, para o estudante, a «pasta» não é propriamente uma obra aberta, uma vez que os textos, nela reordenados, a reconduzem à lógica dos livros e de seus protocolos de leitura. Dificilmente o professor altera seu programa de leitura em função do desenrolar de seu curso, incluindo novos fragmentos sugeridos por alunos, por exemplo, apesar de termos notícias de algum caso esporádico. Não há dúvida, no entanto, que a instituição da fotocópia permite este procedimento, diferentemente do livro, na medida em que, diferentemente da «pasta», nele não se podem incluir novos textos, ao menos materialmente.

De fato, não há, na contemporaneidade, como ler tudo que se oferece à leitura. Da mesma forma em que Simmel⁶¹ defende que o cidadão urbano precisa desenvolver uma atitude *blasé* em relação ao excesso de estímulos que recebe diariamente em uma metrópole a fim de manter sua sanidade mental, uma das habilidades mais importantes de serem desenvolvidas pelo leitor contemporâneo, segundo Chartier⁶², seria justamente a capacidade de *escolher*, de *selecionar* aquilo que é pertinente aos seus interesses, como já vimos.

Neste sentido, a lógica que precede e sustenta a organização das «pastas» encontra-se em consonância com a lógica que preside o leitor contemporâneo. Informantes da época em que realizei o trabalho de campo, em sua primeira fase (2000-2004) já previam o que veio a se concretizar: a criação de «pastas eletrônicas», ou seja, a disponibilização de textos selecionados (vertidos domesticamente, através de *scanners*, para a escrita digital e, portanto, livres do controle das editoras) pelo professor de determinado curso através das listas de discussão que integram todos os estudantes inscritos naquela disciplina, tendo o professor como «moderador».

Entrevistas recentes (2015) com estudantes universitários revelam como a tecnologia facilitou a instituição da seleção de textos por parte dos professores mas, ainda assim, não chegou a substituir a fotocópia. Os *tablets*, *e-books* e *smartphones* se tornaram mais acessíveis e, hoje, mesmo os estudantes com baixo poder aquisitivo conseguem adquirir e fazer uso destes equipamentos, em especial aqueles que optaram pela carreira acadêmica.

As lojas de fotocópia também se adequaram às novas tecnologias e muitos copistas passaram a imprimir os textos solicitados diretamente de arquivos digitais.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passada mais de uma década desde as primeiras incursões ao campo, observou-se uma significativa mudança nas tecnologias de reprodução e socialização dos textos para fins didáticos no meio universitário. Entretanto, isso não causou o desaparecimento da fotocópia e suas oficinas de reprodução.

A maioria das oficinas incorporou as novas tecnologias e, além do serviço de fotocópias, passou a imprimir diretamente os arquivos disponibilizados pelos professores em pastas virtuais. Computadores e impressoras foram adquiridos, mas as máquinas de fotocópia não foram descartadas.

Sobre os direitos autorais, as editoras parecem ter desistido de lutar contra a reprodução de livros no ensino superior, muito provavelmente em função da facilidade de reprodução via internet e dispositivos eletrônicos que supera em muito a reprodução mecânica e, sobre a qual, não têm possibilidade de controle efetivo.

⁶¹ SIMMEL, Georg. «A metrópole e a vida mental». Em VELHO, O. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

⁶² CHARTIER, *ob. cit.* 1998.

Segundo incursões recentes ao campo empírico, o sistema de venda direta de arquivos pela internet, como fora preconizado, com recolhimento de direitos autorais pelas editoras, se existe, é tão minoritário que não chega a ser significativo. Por todos estes anos lecionando e pesquisando a circulação de textos no meio universitário, não tive notícia de nenhum professor que disponibilizasse sua bibliografia em pastas deste tipo. Na UFB existe uma plataforma virtual na qual os professores podem disponibilizar textos de suas disciplinas aos estudantes, mas não há recolhimento de direitos autorais, sendo o sistema ainda pouco difundido. Alguns professores organizam *blogues* próprios para suas disciplinas disponibilizando os textos em formato digital.

As técnicas de reprodução e suportes de leitura mudaram, mas os extratos de livros como instituição pedagógica se mantêm desde a idade média. Os atores que constituem esta instituição se perpetuam e a unidade de circulação (os textos) sobrevive, seja como suporte impresso ou digital. A instituição cultural se reproduz através dos processos de socialização entre veteranos e calouros. Embora os dados quantitativos da UPB não tenham sido atualizados, a observação participante indica que o acesso à unidade de uso pedagógico através da reprodução ainda é preferível à consulta ao original na biblioteca. As bibliotecas continuam sendo imprescindíveis aos estudantes, mas cada vez mais se firmam como espaço de recolhimento para a leitura ou de trabalho em grupo, e muito menos de consulta de exemplares. A Internet, segundo os informantes atuais, também facilitou a aquisição de livros usados através de lojas virtuais, além da disponibilização de vastas bibliotecas piratas de livros escaneados e oferta de clássicos em PDF que já caíram em domínio público. Grande parte dos periódicos científicos também está disponível em versão digital na Internet.

Apesar de as novas tecnologias terem alterado o cenário da reprodução e socialização dos textos para uso didático no ensino superior, a lógica da «pasta de textos» ao lado dos seminários como instituição pedagógica não parece ter sofrido mudanças significativas. Assim como não se alterou a preferência pela leitura em cópias impressas do que em exemplares das bibliotecas. Isso se dá, de acordo com os informantes, pelas facilidades que as cópias impressas oferecem para o estudo, em especial, a portabilidade e o fato de se prestar como suporte para anotações. Apesar das ferramentas que permitem fazer notas digitais, a maioria dos estudantes entrevistados ainda prefere anotar sobre impressão, com sua própria letra. A adesão aos aparelhos de leitura digital (*tablets* e *e-books*) ainda é socialmente desigual. Entre os informantes recentes, também se constata o que Diderot observara à sua época: a substituição paulatina das cópias vulgares aos livros originais, ainda que de segunda mão. O valor de culto e o valor de socialização guardam entre si uma relação dialética, mas o desfrute do valor aurático dos livros se restringe àqueles que têm mais recursos, e ou que constroem, para si, a identidade de estudante universitário e ou desejam seguir a carreira acadêmica. Os que buscam apenas a certificação de estudos em nível superior, após o término da faculdade, costumam se desvencilhar da «montoeira de papel». A partir desta prática, nos últimos anos, apareceu uma nova instituição de circulação destes textos usados: as *xerotecas*, bibliotecas de fotocópias organizadas pelos Diretórios Acadêmicos de estudantes. Alguns estudantes doam ou emprestam suas fotocópias a estudantes de períodos anteriores.

Importante considerar que muitos estudantes não poderiam, absolutamente, ter acesso à grande parte das leituras obrigatórias dos cursos universitários se dependessem exclusivamente das bibliotecas (que dificilmente podem dispor dos livros solicitados em número suficiente para atender à demanda dos alunos) ou da aquisição de livros de lançamento recente, cujos preços são abusivos no Brasil.

Respondendo à pergunta com a qual abrimos este artigo, nos parece claro que a reprodução de trechos de livros ou periódicos é imprescindível à leitura enquanto estudo, em meio universitário, em especial aos estudantes de baixa renda. Ainda assim, como foi dito, o gasto com fotocópias é um dos mais altos para o estudante universitário. Por esta razão, me parece necessário que, no interior do projeto de democratização do acesso à educação superior, sejam criadas políticas de socialização de acesso aos textos entre os estudantes de baixa renda. Isto poderia ser feito através de diversas iniciativas. A transferência de recursos para aquisição de fotocópias é uma delas. Na

primeira fase de coleta de dados, tivemos conhecimento da oferta, por parte da reitoria, de «vale xerox» para os estudantes cotistas da UCB. Atualmente, nesta mesma universidade, há um grande laboratório de informática com terminais de computadores ligados a uma central de impressão e cada estudante tem uma cota mensal para cópias. Nas universidades federais, há bolsas do governo federal para ajuda de custo em geral, mas são insuficientes para os estudantes adquirirem todo o material que necessitam ler. A organização de *xerotecas* oficiais, com empréstimo de textos fotocopiados também poderia ser uma alternativa interessante, como se fazia com as *pecie*, nas universidades medievais. Poderiam ser adotadas, também, políticas de doação ou empréstimo de dispositivos individuais de leitura digital aos estudantes mais necessitados. Uma das mais populares universidades privadas no Brasil adota a política de oferecer gratuitamente *tablets* a seus alunos no momento da matrícula.

Como vimos, a demonização da fragmentação da leitura como produto do mundo moderno ou pós-moderno e a idealização da leitura de livros em sua totalidade parece ser útil apenas aos editores, na tentativa de preservar seus lucros. A fragmentação da leitura não é um fenômeno contemporâneo, mas, antes, uma característica da leitura enquanto estudo, em especial quando o gesto de ler adquire centralidade no processo de aprendizagem, o que nos parece muito positivo. A fragmentação, segundo professora entrevistada, é uma estratégia de apresentar aos jovens estudantes um percurso de leitura de um leitor mais experiente, para que «percam o medo de ler os grandes autores», e não «percam tanto tempo quanto» o professor para chegar àqueles determinados textos para atingir um determinado objetivo prévio. Supõe-se, portanto, que, para trabalhar deste modo, os professores deveriam ser leitores experientes, mas, segundo informantes, algumas vezes, não é o que acontece, infelizmente. Alguns professores montam pastas com textos ainda não estudados por eles próprios. Este fenômeno acontece em especial como resultado da massificação mal planejada do ensino superior público no Brasil, com o ingresso de recém doutores que são obrigados a lecionar disciplinas sobre as quais têm pouca familiaridade.

Com o incremento da proliferação de textos na contemporaneidade, não faz sentido demonizar a fragmentação, mas, antes, formar o leitor contemporâneo para, cada vez mais, desempenhar a capacidade de selecionar criticamente todo o volume de leitura que lhe é oferecido. A universidade, neste sentido, tem um papel inestimável, uma vez que, segundo pesquisas⁶³, a escola brasileira não tem sido capaz de formar leitores autônomos. Quanto mais idade, menos o brasileiro lê⁶⁴. Este dado, associado à preponderância da leitura de livros didáticos, entre os gêneros mais lidos, nos permite concluir que são poucos os brasileiros que, uma vez afastados da escola, são capazes de praticar a leitura sem orientação pedagógica.

Ao longo desta pesquisa, entretanto, não se observou a preocupação por parte dos professores em intervir, de forma intencional, na construção de critérios seletivos entre os estudantes. Problematizar esta questão em disciplinas de introdução ao trabalho acadêmico, por exemplo, também seria providencial para a formação de leitores autônomos, capazes de selecionar o que ler para além das prescrições de seus mestres. Como vimos, esta é uma competência distintiva observável mais comumente entre estudantes veteranos e de pós-graduação. Outro ponto que vale a pena ressaltar diz respeito ao paradoxo de o sistema pedagógico dos seminários, usualmente adotado no ensino universitário, requerer leitores autônomos enquanto os ingressantes dispõem de baixos níveis de proficiência. Com pouco domínio do conteúdo a ser lecionado, por parte do corpo docente, entre a leitura extensiva e a intensiva, os professores costumam optar pela primeira, o que exige maior autonomia por parte dos estudantes. O resultado é o que afirmou uma informante: «no final, fica só uns 10%» e as inúmeras cópias viram rascunho ou lixo.

⁶³ AMORIM, Galeno (org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

⁶⁴ PAVÃO, Andréa. «A universidade como espaço de leitura. A leitura é inclusão?». *Verbo*, 2012, 8, pp. 20-24.